



Direito à Educação - Comunidades de Aprendizagem

Todos nós, enquanto jovens socialistas, acreditamos nos fundamentos de uma sociedade justa, fraterna e republicana. Uma sociedade em que cada um deve ter as mesmas oportunidades e ferramentas, independentemente da sua religião, credo, orientação sexual, cor, ou do seu meio e contexto socio económico. Uma sociedade em que a Educação e a democratização do seu acesso e da sua qualidade devem ser o verdadeiro elevador social.

No entanto, a realidade mostra-nos que continuam escolas ainda formatadas para um modelo em que a escola acaba nos seus muros, com um corpo docente formatado em lecionar as matérias, e família e escola em dois lados diferentes de uma barricada. Se este conceito de escola é insuficiente em comunidades com contextos favoráveis, é o nosso falhanço enquanto sociedade quando temos este modelo de ensino em comunidades em que a sorte ou o destino ditou que uma criança que nasça num contexto socio económico desfavorável muito dificilmente conseguirá superar e singrar na vida.

Se tal facto era verdade até aqui, os primeiros dados das CPCJs por todo o país mostram-nos que durante a crise sanitária pela qual passamos, os casos de violência doméstica, absentismo e abandono escolar têm vindo a escalar.

Nesse sentido, é necessária uma forma de presença estatal nas comunidades com contextos económicos desfavoráveis, com novas abordagens e ferramentas, e com equipas multidisciplinares.

Não propomos inventar a roda, essa está inventada. Entre várias alternativas e propostas a JS Lisboa Ocidental propõe visitar-se o conceito do Movimento de Escola Moderna associando ao conceito de escola de 2ª Oportunidade. Conceito esse, onde com um corpo docente treinado para isso, com assistentes sociais, animadores socio culturais, psicólogos, tutores, e uma oferta curricular estimulante que rompa o dogma e preconceito que o fundamental é o sapiência das letras e números, e em vez disso, se consiga cativar, motivar e chegar até a alunos destes contextos através da artes, da cultura, da música, do teatro, do desporto entre muitas outras soluções. Só assim com um trabalho multidisciplinar, trabalhando o aluno dentro e fora da escola, cativando-o e despertando o seu interesse com uma oferta estimulante, trabalhando a sua família, partindo do pressuposto que o erro faz parte do processo de aprendizagem, é que conseguimos passo a passo inverter contextos difíceis, proteger o direito da criança, e formar cidadãos de plena consciência e direito esse que devia ser o papel primordial da Escola.

Camaradas, sem proximidade, sem presença, sem novas abordagens, não conseguimos inverter estas comunidades de contextos socio económicos desfavoráveis, em que as questões de saúde mental, habitação, proteção dos direitos da criança, analfabetismo e iliteracia, exclusão entre muitos outros, de uma maneira ou outra acabam por estar associados e ser causa e consequência.

Nesse sentido a JS Lisboa Ocidental propõe o seguinte:

1. A Juventude Socialista lance uma discussão sobre os Direitos da Criança onde se reflita e discuta o seguinte:
 - a. - O modelo de escola atual, e a sua adequabilidade a comunidades com contextos socio económicos mais desfavoráveis;
 - b. - Avaliação do modelo atual de Escolas TAPE;
 - c. - Formas, ferramentas e modelos de trabalhar a educação em comunidades mais frágeis;
 - d. Alternativas possíveis como o Movimento de Escola Moderna e a Escola de Segunda Oportunidade.

2. A Juventude Socialista pergunte ao Governo Português, qual o impacto e aumento do absentismo, abandono escolar e violência doméstica durante o COVID 19, e o que pensa fazer para inverter esse ciclo.

-